



PROTOCOLO N.º: 30.621-5/2018

ASSUNTO: REQUERIMENTO

REQUERENTE: ARIVALDO MEDEIROS SANTANA

RELATOR: CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de Requerimento formulado pelo Sr. Arivaldo Medeiros de Santana, Prefeito Municipal de São José do Povo, solicitando prorrogação de prazo para a apresentação de defesa das Contas Anuais de Gestão n.º 17.320-7/2017.

É o Relatório.

Decido.

Inicialmente ressalto que, por força do artigo 89, inciso I, da Resolução Normativa n.º. 14/2007 (Regimento Interno TCE-MT)¹, incumbe ao Relator decidir sobre incidentes processuais, bem como pelas diligências que considera necessárias à devida instrução processual.

Em atenção ao princípio constitucional do devido processo legal e, a partir deste, dos princípios da ampla defesa e da segurança jurídica, **DEFIRO** o pedido formulado pelo Requerente, e **PRORROGO** o prazo para apresentação da defesa **por mais 05 (cinco) dias**, a contar do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

NOTIFIQUE-SE o Requerente.

¹ Art. 89. O relator será juiz do feito que lhe for distribuído, competindo-lhe:

I. Presidir a instrução, determinando, por ação própria e direta ou por provocação dos órgãos de instrução do Tribunal ou do Ministério Público de Contas, quaisquer diligências consideradas necessárias ao saneamento dos autos e ao fiel cumprimento da lei, fixando prazo para tanto, desde que não conflitem com as demais deliberações do Tribunal;





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

Após, encaminhe-se este Requerimento à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para que promova a sua juntada aos autos do **Processo n.º 17.320-7/2017**, permanecendo no setor para aguardar manifestação ou certificar o decurso do prazo ora deferido.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, em 28 de setembro de 2018.

LUIZ CARLOS PEREIRA²
Conselheiro Interino
(Portaria 009/2017, DOC TCE/MT de 24/01/2017)

²Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006

